

O IMPACTO DA PANDEMIA NA SOCIEDADE



Relatório realizado por: Inês Pereira

AECCB

Sumário executivo	1
Ficha técnica	3
Caracterização da amostra	4
Confiança na resposta à pandemia	5
Expectativas face à duração das restrições	5
Estado de emergência	7
Grupos vulneráveis	12
1.1 Grupos de Risco: Quem são?	12
1.2 Grupos com dificuldades a lidar com as restrições: Quem são?	12
1.3 Duplamente vulneráveis: O que dizem?	14

Sumário executivo

- Este relatório baseia-se num inquérito online sobre a Pandemia Covid-19 e os seus impactos em diversas esferas da vida das pessoas que vivem em Portugal. O inquérito foi realizado entre 25 e 29 de março de 2020, junto de uma amostra de cerca de 11.500 inquiridos, não representativa da população residente em Portugal. Por essa razão, este relatório não procura fazer inferências descritivas para qualquer população, mas sim concentrar-se em dois aspeto comportamentos; e 2) o seu discurso direto, em relação a algumas perguntas de resposta aberta incluídas no inquérito.
- Nesta amostra, uma das variáveis mais fortemente associada à prevalência de diferentes opiniões e atitudes é a situação económica dos inquiridos. Pese embora maiorias expressivas dos inquiridos afirmarem ter “muita” ou “alguma” confiança nas respostas dadas à pandemia pelas diferentes autoridades, são, em particular, os inquiridos que já viviam com maiores dificuldades económicas antes da pandemia que tendem a revelar menor confiança. São também estes inquiridos quem menos confia nas fontes tradicionais de informação, os que mais dizem estar a ter dificuldades em lidar com as restrições trazidas pelo estado de emergência e os que mais afirmam já terem sido afetados financeiramente pela crise.
- Em consonância com isto, o discurso direto dos inquiridos sobre as maiores dificuldades que estão a sentir com as atuais restrições aponta com muita frequência para problemas económicos, especialmente por parte de trabalhadores por conta de outrem que ficaram desempregados, de trabalhadores independentes que deixaram de ter atividade e de pequenos empresários que tiveram de fechar a atividade: “o nosso pequeno negócio em risco de desmoronar”; “serei mais um ‘velho debaixo da ponte’”; “absolutamente em pânico sobre o futuro”, são algumas expressões que dão conta do contexto atual.
- Para além dos problemas económicos e da situação de desempregado ou em “férias forçadas”, que estão fortemente associados a maiores dificuldades em lidar com as atuais restrições, há também escalões etários onde essas dificuldades são sentidas mais fortemente: os mais jovens de todos (16-24 anos) e os inquiridos entre os 35 e os 44 anos 3 com agregados familiares mais numerosos e filhos menores. Os primeiros mencionam frequentemente o isolamento e a falta de liberdade e convívio como fonte de frustração e angústia (no que são acompanhados por alguns inquiridos mais velhos, divorciados ou viúvos). Os segundos mencionam frequentemente a dificuldade em conciliar, no espaço doméstico, o trabalho, a vida familiar e a educação dos filhos. Finalmente, encontra-se em

todas as idades e condições uma preocupação recorrente com vários aspetos da saúde mental (estados depressivos, stress e ansiedade).

- Os inquiridos mais jovens (16-34 anos) distinguem-se dos restantes de vários pontos de vista: para além de tenderem a ter menos confiança na resposta das autoridades e em quase todas as fontes de informação, tendem também a defender medidas mais restritivas para lidar com a pandemia e, ao mesmo tempo, a considerar que as restrições terminarão mais cedo, apontando para final de abril ou maio. No seu discurso direto, emerge frequentemente a preocupação com a falta de cumprimento das regras atualmente em vigor e com a importação de casos, uma desconfiança em relação ao senso comum da generalidade da população e a conveniência em adotar práticas e comportamentos de países onde o combate à pandemia terá sido mais bem-sucedido.

- A incerteza (“não sei até quando as atuais restrições vão durar”) e a crença no pior cenário (“até ao fim do ano ou mais”) sobre a duração das atuais restrições são maiores entre os mais velhos e aqueles que têm maiores dificuldades económicas. No discurso direto, as preocupações manifestadas sobre o futuro são de vários tipos e combinam várias dimensões em simultâneo. Assim, por um lado destacam-se as preocupações quanto à saúde, incluindo os receios de contaminação, a saúde dos próprios e dos seus entes queridos e a capacidade de resposta dos serviços de saúde. Por outro, também prevalecem, sobretudo para quem está em idade ativa, as preocupações económicas — perda de emprego (para os trabalhadores por conta de outrem ou trabalhadores independentes) ou sobrevivência das empresas (para os empresários) — e as preocupações com a educação, nomeadamente com a escola dos filhos, o comprometimento dos seus projetos escolares e o seu acesso ao ensino superior. Nas franjas mais jovens da amostra destaca-se também a preocupação com o acesso ao ensino superior, assim como com a conclusão dos cursos e a entrada no mercado de trabalho. Importa notar que outras 4 preocupações são transversais, nomeadamente, as que têm a ver com a saúde mental, os efeitos do confinamento social e a dificuldade em lidar com a incerteza. Na última semana de abril decorrerá uma nova ronda de inquirição deste inquérito online, focada em acompanhar a evolução dos impactos sociais da pandemia junto dos inquiridos que participaram na primeira ronda.

Ficha técnica

Este relatório baseia-se num inquérito online que decorreu entre os dias 25 e 29 de março de 2020. O inquérito foi coordenado por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). A amostra obtida é uma amostra “bola de neve” ou “guiada pelo respondente”: o inquérito foi inicialmente partilhado através das redes sociais Facebook e Twitter e de correio eletrónico pelos coordenadores do estudo e pelas instituições a que pertencem junto de uma amostra não aleatória de indivíduos, tendo sido depois partilhado pelos respondentes que o entenderam fazer. Por outras palavras, é uma amostra de conveniência, restrita a inquiridos que têm acesso à internet, e que não permite que se façam inferências sobre qualquer população, tal como, por exemplo, a população portuguesa. Dito de outra forma, todos os resultados baseados nesta amostra e apresentados neste relatório têm um valor estritamente exploratório, não devendo ser interpretados como representando, com um grau de incerteza possível de ser estimado, os atributos de qualquer população.

Contudo, a investigação existente mostra também que este tipo de amostra, apesar de inadequado para inferir sobre a prevalência de quaisquer atributos numa população, preserva frequentemente relações entre variáveis, em comparação com o que sucede com amostras desenhadas para serem representativas. Logo, ao longo deste relatório enfatizaremos a análise das relações entre variáveis, confrontando-as, sempre que possível, com estudos anteriores que utilizaram amostras representativas. Foram recolhidas 11.508 respostas a este inquérito, tendo sido validadas as respostas dos inquiridos com 16 ou mais anos de idade que chegaram ao final do questionário demorando mais de três minutos (mesmo que tenham optado por não responder a algumas perguntas).

Caracterização da amostra

Tabela 2.1. Distribuição da amostra por sexo

Masculino	42,7% (4909)
Feminino	56,1% (6457)
Prefiro não responder	0,4% (48)
<i>Recusa</i>	<i>0,8% (94)</i>

Tabela 2.2. Distribuição da amostra por escalões etários

16-24 anos	9,8% (1125)
25-34 anos	12,1% (1389)
35-44 anos	21,2% (2438)
45-54 anos	22,8% (2629)
55-64 anos	15,9% (1833)
65 anos ou mais	16,6% (1907)
<i>Recusa responder</i>	<i>1,6% (187)</i>

Tabela 2.3. Distribuição da amostra por grau de instrução mais elevado que completou

Ensino superior	75,5% (8691)
Ensino secundário	21,3% (2447)
3º ciclo ou menos	2,4% (273)
<i>Recusa responder</i>	<i>0,8% (97)</i>

As tabelas abaixo descrevem algumas das principais características da amostra de conveniência recolhida neste inquérito online.

Comparando as características desta amostra de conveniência com as estimativas conhecidas para a população residente em Portugal com 16 ou mais anos, destacam-se:

- uma ligeira sobrerrepresentação das mulheres nesta amostra, na ordem dos 3 pontos percentuais (Tabela 2.1);
- uma sub-representação nesta amostra dos membros do escalão etário entre os 16 e 24 anos (de cerca de 2 pontos percentuais) e, em especial, dos membros do escalão com 65 anos ou mais anos (de cerca de 8 pontos percentuais) (Tabela 2.2);
- uma muito forte sobrerrepresentação nesta amostra dos inquiridos que completaram o ensino superior, com uma correspondente e igualmente forte sub-representação dos que completaram o 3º ciclo ou menos (Tabela 2.3). Este é o principal enviesamento desta amostra, que era previsível tendo em conta a forma “bola de neve” como foi construída.

Confiança na resposta à pandemia

Maiorias expressivas dos inquiridos afirmam ter “muita” ou “alguma” confiança (por oposição a “pouca” ou “nenhuma”) nas respostas dadas à pandemia pelo Presidente da República (Figura 3.1), primeiro-ministro (Figura 3.2), ministra da Saúde (Figura 3.3) e diretora-geral da Saúde (Figura 3.4). Contudo, como esta amostra online não é representativa da população portuguesa, torna-se mais relevante observar a que fatores está associada uma maior ou menor confiança depositada nos detentores destes cargos. A idade é um desses fatores: quanto mais jovens os inquiridos, menor a percentagem daqueles que confiam na resposta que estas autoridades dão à pandemia. A confiança dos inquiridos também diminui à medida que declaram que tinham maiores dificuldades em viver com o rendimento que auferiam antes da pandemia. Finalmente, entre os inquiridos que se posicionam ideologicamente à direita, a proporção daqueles que dizem confiar é mais baixa, especialmente no que toca à diretora-geral de Saúde, à ministra da Saúde e ao primeiro-ministro.

O padrão de respostas sobre a confiança nas forças de segurança e proteção civil (Figura 3.5) ou no pessoal do Serviço Nacional de Saúde (Figura 3.6) é um pouco distinto do que se encontra nos casos anteriores. Por um lado, a associação estatística entre dificuldades económicas e confiança é menor. Por outro, a associação com o posicionamento ideológico desaparece. Por outras palavras, nesta amostra, quando passamos de cargos políticos concretos para instituições como as “forças de segurança” ou “o Serviço Nacional de Saúde”, a confiança aumenta e torna-se mais difusa do ponto de vista social e político. Dito isto, importa notar que até nestes últimos casos é visível a menor

Expectativas face à duração das restrições

Com o objetivo de compreender as expectativas das pessoas em relação à duração das restrições atuais associadas à pandemia, colocámos a seguinte pergunta: “Quanto tempo acha que vamos ter de esperar até se voltar a uma vida normal sem as atuais restrições de rendimento, mobilidade e vida quotidiana?”. A pergunta tinha seis opções de resposta: “Até ao fim de abril”, “Até ao fim de maio”, “Até ao verão”, “Até ao final do ano”, “Até daqui a um ano ou mais” e “Não sei dizer”. Agregámos as opções em quatro categorias: 1) duração curta (“Até ao fim de abril e “Até ao fim de maio”); 2) duração média: até ao Verão; 3) duração longa (“Até ao final do ano” e “Até daqui a um ano ou mais”); e 4) duração incerta (“Não sei dizer”).

Cerca de um terço da amostra considera que as restrições atuais durarão até ao final do verão. No entanto, os restantes inquiridos dividem-se em três tipos de expectativas quanto à duração das

restrições: uns apontam para uma duração curta (até fim de abril ou fim de maio), outros estimam uma duração longa (até ao final do ano ou até daqui a um ano ou mais) e, finalmente, outros ainda não sabem dizer uma data específica para o término das restrições, expressando uma duração incerta. De forma a perceber que fatores contribuem para tal diversidade social, analisámos a variação dos diferentes tipos de expectativa face à duração das restrições atuais em função da idade, sexo, instrução, rendimento, pertença ao grupo de risco e nível de dificuldade a lidar com as restrições. Importa referir que, seguindo a lógica do Relatório, nos focamos apenas nos desvios de cada grupo em relação ao resultado da totalidade da amostra em pontos percentuais, quer relativamente à categoria de duração longa (21%), quer para a categoria de duração incerta (18%).

Um primeiro dado relevante é o facto de todos estes fatores sociais – idade, sexo, instrução, rendimento, pertença ao grupo de risco e nível de dificuldade a lidar com as restrições - se associarem significativamente com as expectativas dos inquiridos quanto à duração das restrições. Mas são a idade, o sexo e a instrução do inquirido que apresentam a associação estatística mais forte.

No gráfico relativo à expectativa de duração incerta (Figura 5.1), verificamos que é entre as mulheres, os inquiridos mais velhos (com mais de 55 anos), com níveis de instrução mais baixos 20 (até ao 3º ciclo), que pertencem ao grupo de risco, com dificuldades económicas e que sentem que está a ser difícil lidar com as restrições atuais, que encontramos uma maior percentagem daqueles que não sabem dizer quando acabarão as restrições.

Já na Figura 5.2, que mostra os desvios de cada grupo em relação à totalidade da amostra no que toca à expectativa de duração longa, é entre as pessoas com mais de 65 anos e aquelas em idade ativa (entre os 35 e os 44) que encontramos um maior número de inquiridos que respondem que as restrições vão ser de longa duração, por oposição aos inquiridos mais jovens (aqueles que entretanto se destacam na categoria de curta duração). Por outro lado, são os homens, mais do que as mulheres, e os inquiridos com o ensino superior, que apresentam uma maior probabilidade de estimar que as restrições vão ser de longa duração (por oposição aos inquiridos com o nível básico e secundário, os quais têm uma menor propensão para estimar uma duração longa). No que toca a outros fatores, verificamos que é entre as pessoas com grandes dificuldades económicas e que pertencem ao grupo de risco que encontramos uma maior proporção de pessoas que acham que as restrições vão durar até ao fim do ano ou até daqui a um ano.

Estado de emergência

Nesta amostra, cerca de nove em cada dez inquiridos consideram que o estado de emergência decretado pelo Presidente da República no dia 18 de março de 2020 era necessário. Contudo, quando se pronunciam sobre até que ponto as restrições implementadas eram adequadas ou seriam ainda necessárias maiores restrições, as opiniões dos inquiridos dividem-se. Neste contexto, é relevante analisar os fatores que aumentam ou reduzem a probabilidade de defender que seriam necessárias mais limitações para lidar com a pandemia, bem como as narrativas de quem expressa tal opinião.

O sexo, a idade, os níveis de instrução, o rendimento e o posicionamento na escala esquadireita são fatores que mais se associam com a probabilidade de considerar necessárias mais restrições (Figura 6.1). De facto, à medida que aumentam a idade, a escolaridade e os rendimentos dos inquiridos, diminui a propensão para a defesa de maiores limitações. Para além disso, quem se posiciona ideologicamente ao centro ou à direita apresenta uma maior probabilidade de afirmar que seriam necessárias mais restrições. Por fim, os homens tendem a expressar menos esta posição que as mulheres. Pertencer a um grupo de risco não tem qualquer relação com a opinião sobre este tema.

Algumas pessoas que defendem a necessidade de mais restrições destacam o facto de o isolamento social não estar a ser respeitado, em particular pelos mais idosos: “ainda existem pessoas a não cumprir com o que foi decretado, principalmente idosos, e, portanto, deve-se «apertar» ainda mais as medidas, tal como fez a China” (H, 20 anos, solteiro, ensino secundário). Esta perspetiva é tanto genérica – “vemos pessoas que não respeitam os outros a continuarem a andar normalmente nas ruas sem terem necessidade de ir trabalhar” (H, 57, casado, ensino secundário) – como decorrente da observação do comportamento de pessoas próximas, como amigas que “continuam a sair e a passearem-se como se nada fosse” (M, 46, solteira, ensino superior), ou clientes, como destaca a funcionária de um quiosque: “as pessoas não vêm comprar os jornais (bem essencial), mas sim para jogar e para tabaco. E vêm várias vezes ao dia...” (M, 25, solteira, ensino secundário). Defende-se, por isso, o confinamento obrigatório, visto que “a quantidade de pessoas que são vistas em grupos na rua prova que confiar no senso comum da população não é possível” (M, 28, solteira, ensino superior).

Outras pessoas expressam preocupação com uma provável importação de casos, defendendo, por conseguinte, o “controlo de fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, impondo quarentena obrigatória a quem chegasse” (M, 18, solteira, ensino secundário). Há quem afirme que devemos

seguir o exemplo dos países asiáticos “que se têm defrontado com o vírus há mais tempo e com maior sucesso (e.g. China e Coreia do Sul), por oposição aos países cujo sistemas de saúde têm colapsado pelo elevado número de infetados (e.g. Itália, Espanha)”, compreendendo que “a quarentena obrigatória e o encerramento das fronteiras (limitando, conseqüentemente, a importação de contágio) são os melhores métodos para evitar a propagação do vírus” (H, 24, solteiro, ensino superior). Seria então necessário “encerrar fronteiras e só deixar passar mercadoria essencial”, visto que “fechar portos e estradas e depois deixar abertos aeroportos é, no mínimo, ridículo” (H, 32, solteiro, ensino secundário).

Outros inquiridos ainda consideram que seria necessário um encerramento mais abrangente de empresas e serviços, visto que “há pessoas que continuam a ter de ir para trabalhos que não contribuem para a satisfação de necessidades básicas, como quem trabalha em empresas financeiras, pondo em risco a sua saúde e a das pessoas que vivem com elas” (H, 20, solteiro, ensino secundário). Visto que “ainda existem muitos serviços não essenciais abertos que obrigam os trabalhadores a sair de casa” (M, 24, solteira, ensino superior), considera-se que “desde que se tenha em atenção que a economia não pode parar, e que há bens e matérias-primas que não podem faltar, há muitos serviços que podiam fechar” (H, 23, solteiro, ensino superior). Há quem defenda o encerramento completo das “fábricas de produtos não essenciais”, visto causar preocupação o facto de que “algumas pretendem ficar com os colaboradores a fazerem manutenção” (M, 45, casada, ensino secundário).

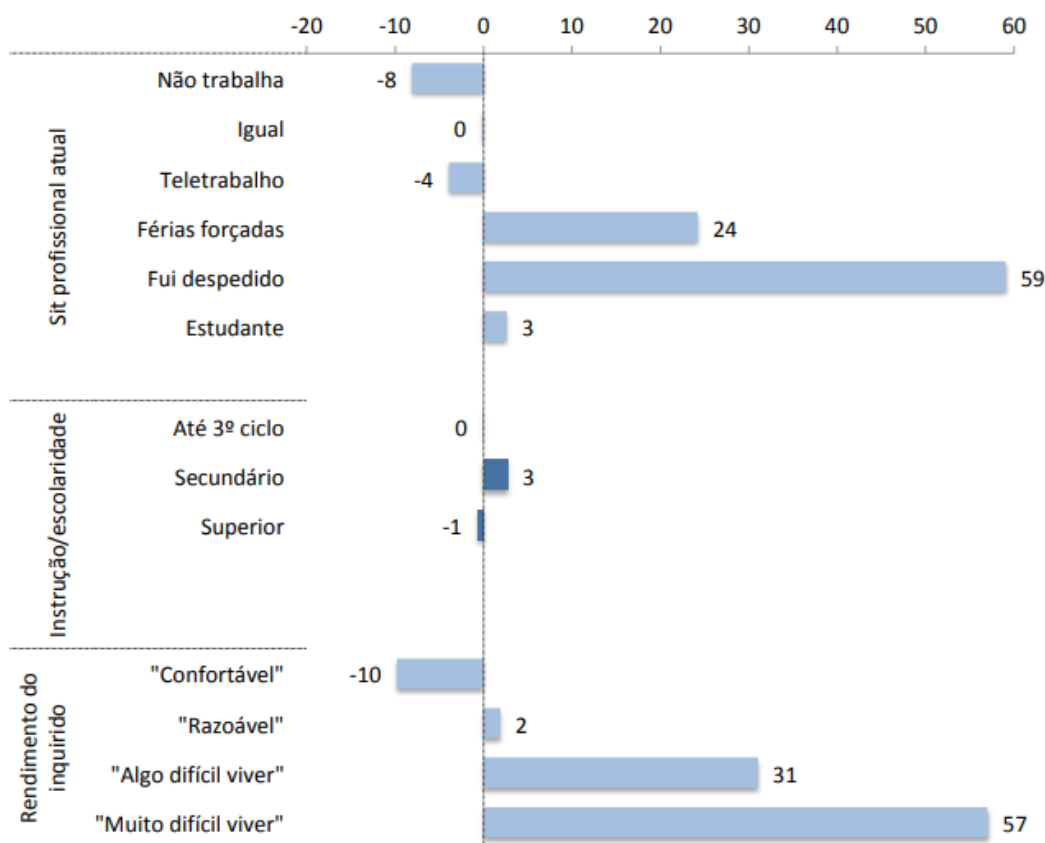
Maiores incentivos ao teletrabalho são também vistos como necessários, dado que “nem todos os postos de trabalho estão a colaborar com os funcionários de modo a darem condições para que o trabalho a partir de casa seja possível”, sendo vários os “casos de pessoas cujo emprego está longe de se considerar um serviço mínimo e ainda para mais têm facilidade de promover o seu serviço por teletrabalho e não o fazem” (H, 22, solteiro, ensino secundário).

Quanto às superfícies de venda de bens alimentares, há quem considere que “há demasiados supermercados a funcionar” e que “deveria funcionar apenas o essencial para que os trabalhadores não estivessem tão sujeitos a apanhar o vírus” (M, 22, solteira, ensino superior), mantendo-se abertos “apenas 1, 2, 3 (consoante o concelho) estabelecimentos deste tipo” (H, 23, solteiro, ensino secundário). Com o propósito de evitar açambarcamentos, defende-se que “a venda de bens essenciais deveria ser controlada para não haver situações de disparidade” no acesso (H, 20, solteiro, ensino superior), nomeadamente através da implementação de um sistema que estipule “horas para

se deslocarem ao supermercado”, assim como o registo do “nome de cada pessoa que se dirige lá” (M, 28, solteira, ensino secundário). Por fim, há quem afirme que seriam necessárias medidas mais restritivas em termos higiénicosanitários, faltando “tornar obrigatório o uso de máscara e de luvas em público” (H, 19, solteiro, ensino secundário). Neste âmbito, é particularmente eloquente o seguinte testemunho: “Dia 28/03/2020, com 5.170 infetados confirmados e 100 mortos confirmados no país, continua a haver uma grande quantidade de irresponsáveis (...) sem portar luvas, mascarilha, nem qualquer medida de proteção quer para si quer para os outros” (H, 35, união de facto, ensino superior).

Pessoas cuja "situação financeira já foi afetada"

Desvio de cada grupo em relação ao resultado para a totalidade da amostra (24%) em pontos percentuais



Recolha: 25-29 Março

A análise às perguntas abertas sobre o impacto imediato da crise nos rendimentos demonstra que, independentemente de os inquiridos declararem terem ou não já sido afetados economicamente pela crise, todos refletem já os efeitos materiais da pandemia. As preocupações com a redução de rendimentos são transversais, mesmo para quem afirma que o seu rendimento familiar tem dado

para viver confortavelmente: “A forma como me afetou ainda é reduzida e não preocupante. Sou senhoria e os meus inquilinos pediram-me para passar a renda para metade do que está contratualizado. A senhora perdeu o emprego e o marido já não tem a mesma quantidade de trabalho, pelo que o seu rendimento baixou muito.

O caso deles é que é dramático. Não o meu” (M, ensino superior). Situações de precariedade, desemprego, lay-off, perdas de rendimento e incerteza, que abundam entre quem confessa sentir dificuldades, também se fazem sentir no universo dos que afirmam viver confortável e razoavelmente, afetando, por vezes, de forma diversificada, todo o agregado familiar, como dá conta este relato: “A minha filha trabalha na hotelaria/restauração e foi-lhe reduzido o vencimento para 66% e enviada para casa já há mais de uma semana. Ao meu filho foi suspensa a progressão na carreira, foi informado que o aumento de vencimento previsto para o próximo mês não iria acontecer e foi-lhe retirado 85% do prémio anual que iria receber no final deste mês. Tenho uma loja que fui obrigado a fechar e tenho que suportar os mesmos custos diretos” (H, ensino superior).

Há diversos traços comuns aos vários grupos de respostas, pois encontram-se profissionais liberais e patrões em todos eles, por exemplo, mas não deixa de ser interessante mencionar que o grupo que se afirma confortável se caracteriza por possuir habilitações académicas algo mais elevadas e, correlativamente, os que manifestam sentir dificuldades são os que apresentam um capital escolar menor, encontrando-se os que declaram que os rendimentos têm dado para viver razoavelmente numa posição intermédia. Entre os que vivem confortável ou razoavelmente, estão indivíduos ligados à atividade empresarial ou provenientes das atividades de profissionais liberais melhores remuneradas, como é o caso da advocacia ou da medicina, senhorios de imóveis e ainda vários que possuem rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

No caso dos que estão a viver com dificuldades está-se, por vezes, perante a perda total de rendimentos de pequenos patrões – restauração, turismo, cabeleireiros –, de pessoas envolvidas no aluguer de quartos a turistas, trabalhadores por conta própria, precários, gente do setor das artes e espetáculos – mas também profissionais liberais. Muitas das vezes, as dificuldades financeiras têm uma dimensão prospetiva, mas manifestam-se também na dificuldade em cobrar por trabalhos já faturados.

A 30 precariedade, combinada com uma pluralidade de fontes rendimentos que permitia, de forma complementar, a subsistência, revela-se, agora, demasiado frágil, mesmo para quem tem

qualificações superiores: “Sou trabalhador independente e prestador de serviços na área cultural a trabalhar para museus.

Todos estes espaços estão encerrados, com atividades suspensas e sem perspetiva de futuro. Neste momento não estou a trabalhar, não tenho qualquer rendimento e estou com dificuldade em receber o valor correspondente a trabalhos desenvolvidos no início do ano e já faturados” (H, ensino superior).

Do ponto de vista das declarações, é tão relevante o laconismo dramático de quem se afirma “desempregado” - “Fiquei sem trabalhar e sem rendimentos” (H, ensino superior) ou “Não trabalho, não recebo” (H, ensino secundário) –, como narrativas mais detalhadas sobre as suas dificuldades em matéria de rendimentos (“estou a recibos verdes, sem vencimento base e só em função de comissões de intermediação bancária. Com as quedas dos mercados, os clientes resgataram a maior parte das aplicações pelo que o meu rendimento deverá cair pelo menos 80%.

A companheira, também a recibos verdes, vai passar a receber, no máximo, os 438 euros de IAS. É uma perda superior a 75%” (H, ensino superior). Frequentemente, perpassa pelos testemunhos a forma como a crise toca em particular famílias recompostas, onde a guarda dos filhos é partilhada: “O pai das crianças ficou sem atividade devido a esta situação e praticamente sem rendimentos. A pensão de alimentos dos filhos deixou de existir” (M, ensino superior).

Em situações paralelas, reemergem os avós como resposta de retaguarda para fazer face à fragilidade económica de quem está em idade ativa, à imagem do que aconteceu em crise anteriores, mas com a diferença de, desta feita, os mais velhos fazerem parte do grupo de risco: “Eu ainda vivo em guarda partilhada, numa semana na minha mãe com o meu padrasto e noutra com o meu pai (na casa dos meus avós paternos porque o meu pai não tem condições para eu viver diariamente com ele). Tive de ir para os meus avós, temporariamente (ambos já são reformados), porque a minha mãe não pode trabalhar” (M, ensino secundário). Temos, apesar de tudo, e numa fase muito inicial do impacto da crise, um quadro diferenciado de situações. Mas deve-se sublinhar que estas declarações provêm de um universo onde não se encontram representados, ou estão claramente sub-representados, grupos sociais que ocupam lugares extremos no espaço social, como o grande patronato, os gestores mais bem remunerados, por um lado, e os trabalhadores manuais, por outro.

Grupos vulneráveis

Entre os portugueses existem grupos de pessoas para quem a vivência desta pandemia representa particulares desafios: as pessoas que pertencem aos grupos de risco e as pessoas que têm mais dificuldades em lidar com as restrições impostas no âmbito do estado de emergência. Esta secção procura perceber quem são estas pessoas e, posteriormente, auscultar em maior profundidade aquelas que congregam estas duas dimensões de vulnerabilidade.

1.1 Grupos de Risco: Quem são?

A Direção-Geral da Saúde informou a população portuguesa que as pessoas com mais de 70 anos e com doenças crónicas pré-existent (e.g. diabetes) e/ou com sistema imunitário comprometido fazem parte dos chamados grupos de risco. Nesta subsecção procuramos perceber que outros fatores estarão associados à pertença a estes grupos. Por exemplo, o sexo, a idade, o nível de instrução, o rendimento e o estado civil serão fatores que podem aumentar a probabilidade de uma pessoa ter indicado pertencer a um grupo de risco (Figura 8.1)?

De facto, a propensão para pertencer a estes grupos é maior entre os homens mais velhos, com menores rendimentos e viúvos. A escolaridade é também um fator particularmente associado aos grupos de risco, sendo que os que têm níveis de instrução mais baixos compõem maioritariamente estes grupos.

Finalmente, entre os que dizem viver sozinhos é igualmente maior a probabilidade de os inquiridos considerarem que pertencem a grupos de risco, sendo claro o impacto do isolamento na vulnerabilidade destas pessoas.

1.2 Grupos com dificuldades a lidar com as restrições: Quem são?

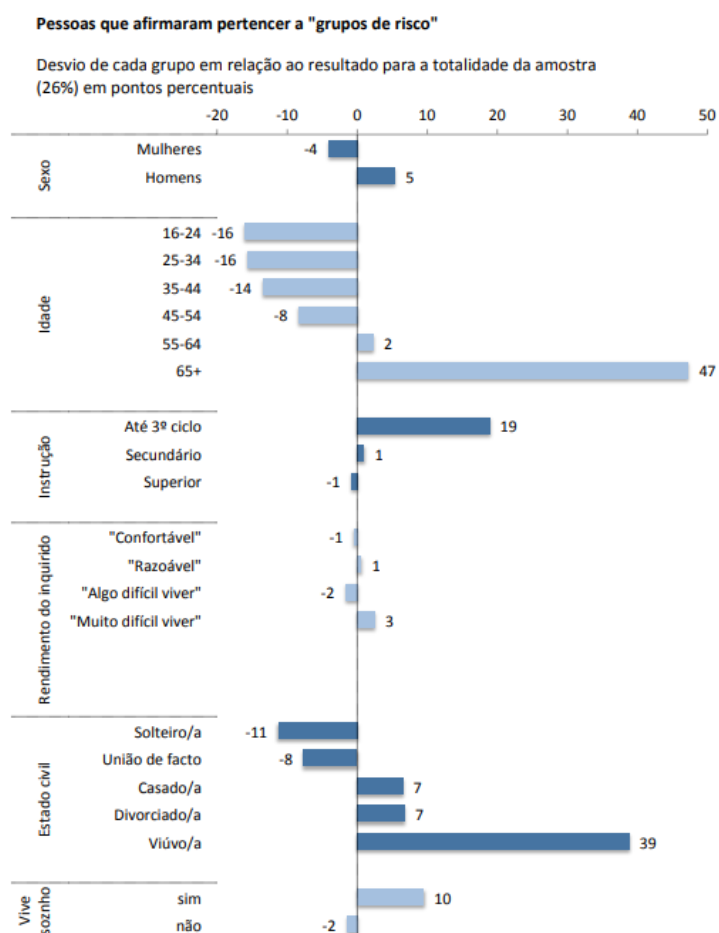
À declaração do estado de emergência seguiu-se um conjunto de restrições indicadas pelo Governo. Cerca de um terço dos inquiridos deste estudo revela estar a ter algumas ou muitas dificuldades em lidar com estas restrições. Quem são essas pessoas? O rendimento, a idade, a instrução, a situação profissional e o perfil do agregado familiar são fatores determinantes da dificuldade que os inquiridos sentem atualmente em relação aos condicionamentos quotidianos (Figura 8.2).

São as mulheres entre 35 e 44 anos, e cujo rendimento é habitualmente parco para a vivência normal, quem mais dificuldade sente em gerir as atuais restrições. No extremo oposto, são homens, com mais de 65 anos e com rendimentos que lhes permitem viver de forma confortável, que menos

dificuldades revelam em relação às atuais restrições. De notar ainda que, relativamente à idade, as pessoas mais jovens afirmam estar a ter mais dificuldades com as restrições do que todos os restantes escalões etários (à exceção das pessoas com 35 a 44 anos).

Ao nível do agregado familiar, são os indivíduos dos agregados mais numerosos e com crianças menores que estão mais representados entre aqueles que apresentam mais dificuldade em gerir este estado de emergência. Em oposição, os menos representados são os que vivem sozinhos.

Uma análise da situação profissional dos que mais dificuldades apresentam revela que quem não trabalha ou está reformado expressa menor dificuldade em lidar com a atual situação. Pelo contrário, as maiores dificuldades são sentidas por quem estava desempregado antes do início da pandemia, por quem estuda ou por quem sofre de doença ou invalidez.



Quanto às pessoas que realizavam trabalho doméstico, apesar de os dados indicarem que revelam ter dificuldades com maior frequência, são um grupo que afirmaram com muito pouca frequência estar a ser "muito difícil".

Finalmente, e no que diz respeito ao impacto da pandemia na condição laboral atual, o grupo que revela maiores dificuldades inclui os que foram despedidos e, em menor grau, os que entraram em “férias forçadas”. Pelo contrário, a situação de menor dificuldade é sobretudo expressa por quem se encontra em regime de teletrabalho, ainda que as respostas abertas sobre este tema revelem que este grupo inclui pessoas que apreciam este novo estilo de trabalho mas também outras que estão a ter dificuldades extremas em lidar com esta nova realidade.

É também importante destacar que são aqueles que não possuem o ensino superior que maiores dificuldades revelam no contexto atual.

1.3 Duplamente vulneráveis: O que dizem?

A análise dos dados qualitativos nesta subsecção foca-se apenas nas respostas dos grupos que configuram uma situação extrema, i.e. as pessoas que pertencem aos grupos de risco e que, simultaneamente, afirmam estar a ter as maiores dificuldades para lidar com as restrições impostas no âmbito do estado de emergência, correspondendo a uma percentagem muito reduzida da amostra.

Estas respostas representam o cenário de quem está a passar pelas situações mais dramáticas. Este Inquérito foi lançado dez dias depois do fecho das escolas e uma semana depois da declaração do estado de emergência. Ou seja, já tinha passado tempo suficiente para que os indivíduos e as famílias sentissem há vários dias o impacto, no trabalho e no quotidiano, do afastamento social e familiar, das limitações à mobilidade e ao consumo, e do fecho de múltiplas atividades económicas, sociais e culturais. Também já se sabia que as expectativas iniciais, de uma quarentena de uma ou duas semanas, se tinham alterado.

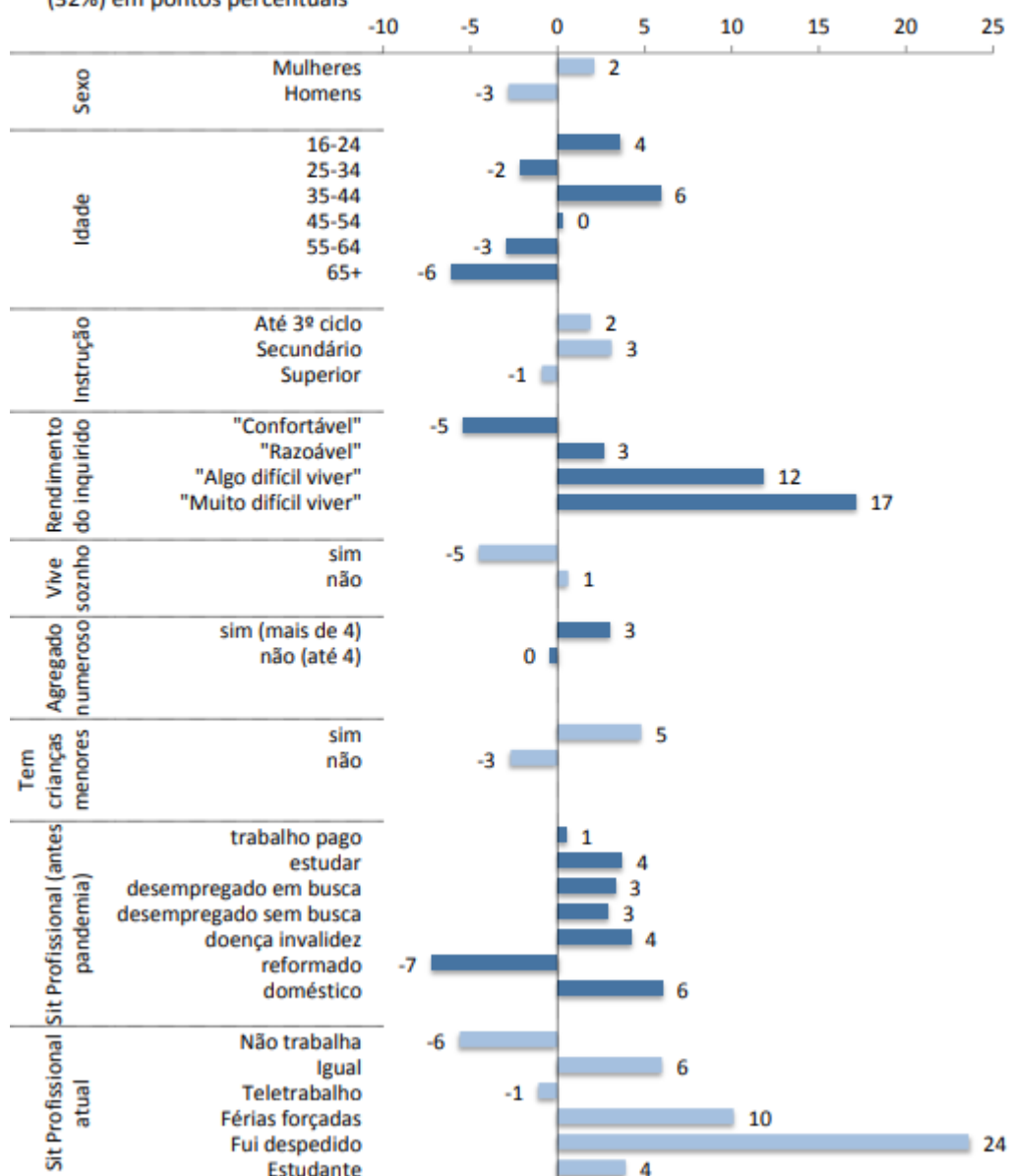
As previsões apontavam para um tempo prolongado e exigente de combate à pandemia, reforçando a incerteza relativamente ao futuro. Foi neste contexto, de adaptação inicial a restrições recentes, mas cujo impacto já tinha consequências graves e visíveis no país e no quotidiano, que os inquiridos responderam sobre o apoio que têm ou não para lidar com o facto de pertencerem a um grupo de risco e sobre a forma, relativamente fácil ou difícil, como estavam a lidar com as restrições impostas. Sobre o apoio das pessoas que pertencem a grupos de risco: Os inquiridos que pertencem a grupos

de risco e dizem ter apoio suficiente são quase todos apoiados pelos familiares que fazem parte do seu agregado doméstico:

“Sou uma pessoa de risco, em função apenas da minha idade. Mas felizmente tenho tido um grande apoio de toda a minha família” (H, 68, casado, a viver com mulher e filha).

Pessoas que dizem que tem sido "relativamente" ou "muito difícil" lidar com as restrições

Desvio de cada grupo em relação ao resultado para a totalidade da amostra (32%) em pontos percentuais



“O meu marido, a ir ao supermercado e à farmácia” (M, 50, casada, a viver com o marido). Mais raramente, alguns inquiridos têm o apoio de um familiar próximo que não vive com eles (sobretudo filhos/as), de uma IPSS que presta serviços de apoio domiciliário, de uma instituição local (junta de

freguesia/município), de uma empregada, de amigos ou vizinhos. Só uma pessoa a viver sozinha é que diz recorrer às compras online. 38 “Tenho o apoio da minha filha. Fazemos a lista do que precisamos...” (M, 62, casada, a viver com o marido).

“Tenho o apoio de um sobrinho neto me faz as compras de supermercado. De resto, embora com alguma dificuldade, consigo gerir o dia a dia sem problemas de maior” (H, 90, viúvo, a viver sozinho). “Para além do apoio domiciliário, tenho uma empregada que me faz as compras e é particularmente delicada com a minha mãe” (H, 72, solteiro, a viver com mãe de 97 anos).

“Uma amiga que me faz as compras, depois vou só à porta dela apanhar as compras” (M, 39, união de facto, a viver com parceiro). Por vezes, referem-se a dois tipos de apoio:

“Tenho o apoio da família e apoios telefónicos da Câmara do concelho de residência, ainda não utilizados” (H, 82, a viver sozinho, apoiado por uma filha que vive perto). Verifica-se assim que na primeira linha dos apoios estão os familiares que fazem parte do agregado doméstico da pessoa em risco.

No entanto, as redes de solidariedade também se alargam, sobretudo para as pessoas a viver sozinhas ou em casal, a familiares em linha descendente e aos colaterais e, mais raramente, a instituições locais, a uma empregada e a pessoas amigas ou vizinhas. No entanto, como se constata no ponto seguinte, os resultados também mostram que existem pessoas sem nenhuma rede de apoio. Os inquiridos que dizem não ter apoio suficiente referem a falta de vários tipos de apoio: falta de apoio no teletrabalho, falta de apoio para ir às compras ou na entrega de compras, falta de apoio financeiro, falta de apoio psicológico, falta de companhia, falta de atendimento por parte dos serviços de saúde, falta de transporte para ir ao hospital fazer tratamentos.

“(Falta de) apoio para ir buscar o que preciso. Vou-me expor a situações de risco porque se não comer morro, ou morro de vírus ou de fome” (H, 35, solteiro, a viver sozinho).

“Falta de companhia” (H, viúvo, a viver sozinho).

“(Falta de) apoio financeiro. Na minha casa eu e a minha mulher somos diabéticos, o meu filho menor e a minha sogra com mais de 70 anos está connosco, temos problemas de alimentação” (H, 43, união de facto, a viver com parceira, filhos, sobrinho e sogra).

“Apoio na doença, estive 15 dias em fibrilhação e taquicárdia e não me atrevi a ir às urgências. (...) preciso de medicação e no hospital não atendem o telefone” (M, 64, divorciada, a viver sozinha). 39

Sobre as dificuldades em lidar com as restrições atuais: Com o objetivo de compreender melhor as dificuldades das pessoas que pertencem aos grupos de risco, analisámos as respostas dos que afirmam ter muita dificuldade em lidar com as restrições impostas pelo estado de emergência. Colocava-se a seguinte pergunta aberta (para quem tivesse respondido que “tem sido muito difícil”):

“Pode falar-nos um pouco mais sobre isto? O que tem sido mais fácil e o que tem sido mais difícil?” Interessava perceber as principais dificuldades e a diferenciação do ponto de vista da idade, do género ou das condições de vida. Importava ainda identificar os principais cenários de fragilidade ou de vulnerabilidade. Encontramos nestes inquiridos uma vivência/perceção sombria e pessimista do impacto da pandemia e das restrições dela decorrentes na vida do dia-a-dia, associada também à experiência de um tempo monótono e sempre igual e à sensação de clausura e de confinamento a um espaço fechado, quase prisional. As pessoas que dizem ter muita dificuldade em lidar com as restrições têm um sentimento de que “tudo é difícil” no momento atual, e que o quotidiano, tendo mudado radicalmente, já não representa necessariamente aquilo que se entende habitualmente por “viver”: “Tudo tem sido mais difícil” (M, 38, solteira, a viver com amigos).

“Distopia absoluta. Fechou praticamente tudo. O elétrico 28 anda vazio. Vejo o mundo da minha janela. E do mundo virtual” (M, 56, solteira, sozinha com gato).

“Estamos numa vida que não é viver” (H, 67, casado, a viver em casal). “Numa situação destas não existe algo que seja fácil, porque envolve grandes alterações nas nossas vidas, quer seja a nível laboral, a nível familiar ou social” (M, 65, divorciada, a viver sozinha). Falam também da estranheza de um tempo diferente, de um ritmo de vida que parece ser sempre igual, que se constrói em torno de rotinas que, antes, estavam relacionadas com a vida doméstica no fim de semana:

“É como se fosse sempre domingo, são as refeições, é estar com os filhos, eles a estudar online, basicamente como se fosse um grande fim de semana, que nunca acaba” (M, 62, casada, a viver com marido e 3 filhos estudantes).

Em família com filhos é esta sensação, de um domingo cheio de tarefas que se repete dia após dia, que vai pesando na consciência e no corpo, ou seja, como veremos mais adiante, na saúde mental e física. Para outros, o peso do tempo e a monotonia da rotina são intensos porque se vive sozinho, ou em casal, habituados cada um à sua liberdade, no trabalho e nas saídas.

À vivência do tempo pesado acresce então o sentimento de clausura, de confinamento solitário que, para alguns, simboliza a prisão: “O difícil é a sensação de prisão sem data prevista, cria uma certa ansiedade” (M, 74, casada, a viver com marido).

“Nada é fácil. A prisão é difícil em todas as dimensões” (H, 64, divorciado, a viver sozinho).

“É muito difícil estar fechado em casa” (H, 35, solteiro, a viver sozinho). Para alguns, excepcionalmente, esta sensação de um tempo diferente é, para já, menos monótono e pesado, porque significa a criação de uma rotina nova num espaço diferente (por exemplo, foram viver para a aldeia, com outros familiares, em sítios onde podiam ter mais liberdade e espaço para estar ao ar livre).

Para esses, tudo é considerado muito difícil porque existem outras fontes específicas de grande preocupação e ansiedade: gravidez avançada, separação forçada de familiares idosos em risco. Nos inquiridos que dizem ter muita dificuldade em lidar com as novas restrições, encontramos cinco grandes categorias de dificuldades, sendo que, curiosamente, o que não aparece como difícil, podendo até pode ser considerado como mais fácil, é sobretudo: abastecer-se, a alimentação, deixar de consumir. Para alguns, a vida em família (relações interpessoais entre aqueles que vivem juntos) também é fácil e até compensadora; para outros, as tensões, sobretudo quando as famílias são numerosas e o espaço de habitação exíguo, são também difíceis. Entre as cinco grandes categorias de dificuldades, encontramos três principais dificuldades que se repetem nas respostas analisadas e se encontram frequentemente associadas umas às outras no discurso dos inquiridos:

a) A falta de convívio social e familiar

São mulheres sozinhas, divorciadas ou viúvas, algumas que já convivem com a solidão e o isolamento há muito tempo:

“Sinto a falta dos meus filhos e dos meus netos” (M, 69, divorciada, a viver sozinha).

“É muito difícil a solidão que o viver sozinha sempre acarreta e que agora piorou muito pela falta de convívio social” (M, 82, viúva, a viver sozinha). Mas são sobretudo mulheres e homens mais novos, para os quais esta situação exige uma adaptação repentina, provocando também um sentimento de rutura.